

CONCURSO PÚBLICO – CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS – CREA-MG

VESPERTINO – 01/06/2014
NÍVEL SUPERIOR

PROVA OBJETIVA

CARGOS: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR – BACHAREL CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Leia atentamente as INSTRUÇÕES:

1. Confira seus dados no cartão-resposta: nome, número de inscrição e o cargo para o qual se inscreveu.
2. Assine seu cartão-resposta.
3. Aguarde a autorização do Fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem do fiscal, confira o caderno de provas com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões ou falha de impressão será aceita depois de iniciada a prova.
4. Sua prova tem **50** questões, com **4** alternativas.
5. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas, ou rasuradas, ou marcadas diferentemente do modelo estabelecido no cartão-resposta poderão ser anuladas.
6. O cartão-resposta não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
7. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, **o fiscal** não poderá fazer nenhuma interferência.
8. A prova será realizada com duração máxima de **4 (quatro) horas**, incluído o tempo para a realização da prova objetiva e o preenchimento do cartão-resposta.
9. O candidato poderá retirar-se do local de realização das provas somente **1h (uma hora)** após o seu início.
10. O candidato poderá retirar-se da sala levando consigo o caderno da prova objetiva **somente 1h30min (uma hora e trinta)** após o seu início.
11. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o cartão-resposta preenchido e assinado.
12. Os **3 (três)** últimos candidatos que realizarem a prova deverão permanecer na sala para acompanhar o fechamento do envelope contendo os cartões-resposta dos candidatos presentes e ausentes e assinar a ata de sala atestando que o envelope foi devidamente lacrado.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA

Atenção, baseie-se no texto a seguir: “Hipocrisias, vícios e virtudes”, de Helio Schwartzman, para responder às próximas cinco (5) questões.

SÃO PAULO - O que me fascina na mente humana é sua capacidade de dissolver contradições e, com isso, transformar o que todos veem como inequívocas violações morais, se não em virtudes, ao menos em deslizes menores – quando não em mera intriga de opositores.

Esse roteiro se aplica a todos, do assassino que se justifica apelando aos maus-tratos a que foi submetido na infância até o sujeito que recorre à neurociência para explicar por que não pôde deixar de olhar para as pernas da moça bonita. Mas, se há uma categoria para a qual ele cai como uma luva, é a dos políticos e religiosos que, flagrados entre fatos inegáveis e declarações desastradas, vão se enredando em escândalos com potencial de destruir suas carreiras.

Esse é o caso do ainda deputado André Vargas e, um pouco antes, o do ex-senador Demóstenes Torres. Mas a lista poderia ser ampliada para incluir representantes de todas as confissões e ideologias. Por uma combinação de sadismo com igualitarismo, nós nos deleitamos ao ver figuras poderosas caindo em desgraça.

É preciso, porém, cuidado para não incorrer no mesmo erro que eles e nos imaginarmos imunes a essas vicissitudes. É verdade que a maioria de nós, por não posar de baluartes da ética, jamais tombaremos tão feio. Mas isso não significa que não lidemos diariamente com nossas pequenas e médias hipocrisias.

Uma série de experimentos psicológicos revela que, sob as condições certas, isto é, com a garantia de que não seremos apanhados e qualquer coisa que se assemelhe a uma justificativa, a maioria de nós trapaceia. Pior, acabamos acreditando, ainda que claudicantemente, nessa justificativa. Se não fosse assim, seríamos incapazes de cultivar uma autoimagem pelo menos aceitável.

Mais do que a homenagem que o vício presta à virtude, a hipocrisia é a forma que o cérebro encontrou para lidar com as complexidades e ambiguidades que povoam nossas vidas.

(Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/2014/04/1442412-hipocrisias-vicios-e-virtudes.shtml>> Acesso em: 06 de maio de 2014)

1. No artigo, Schwartzman defende a tese segundo a qual

- o homem é capaz de acabar com contradições, e assim, passa a cometer mais violações morais, independente de sua classe social ou raça.
- ao ser capaz de dirimir contradições, o homem consegue converter violações morais em pequenos vícios ou até mesmo em virtudes.
- como o homem é capaz de enlear contradições, o homem passa a transformar vícios e violações morais em pequenos defeitos ou até mesmo em virtudes.
- a mente humana apresenta a capacidade de diluir contradições, mas não é capaz de avaliar se os atos são morais ou não.

2. Para Schwartzman, os que mais acabam com as contradições e cometem violações morais são:

- Todos, do assassino que se justifica apelando aos maus-tratos a que foi submetido na infância até o sujeito que recorre à neurociência para explicar por que não pôde deixar de olhar para as pernas da moça bonita (...).
- Todos os homens, pois todos temos a capacidade de dissolver as contradições e cometer pequenas violações, levando todos a crerem que não se trata de mera intriga da oposição.
- Todos, mas, particularmente, os políticos e religiosos que, flagrados entre fatos inegáveis e declarações desastradas, vão se enredando em escândalos com potencial de destruir suas carreiras.
- Todos, excetuando-se os políticos e religiosos, vítimas de intolerância religiosa e preconceito contra políticos.

3. A expressão “Esse roteiro” refere-se

- às intrigas entre opositores.
- às ações do homem em ver inequívocas violações morais.
- à capacidade de dirimir as contradições e transformar as violações morais em virtudes ou em deslizes menores.
- ao fascínio da mente humana em dissolver contradições.

4. Analise se as afirmações a seguir são coerentes ao pensamento do autor.

I – O autor defende que, no cotidiano, estamos ilesos às vicissitudes, não amenizamos as contradições que possibilitam transformar violações morais em pequenos delitos.

II – O autor acredita que nós sentimos deleite ao ver figuras poderosas cair em desgraça devido a uma mistura de sadismo com igualitarismo. Contudo, somos imunes a essas vicissitudes, pois não posamos de baluartes da ética.

III – O autor afirma que nós sentimos prazer ao ver pessoas ilustres transformando inequívocas violações morais em pequenos delitos e, por isso, caindo em desgraça. Mas adverte que nós não estamos imunes a essas eventualidades.

IV – Para o autor, figuras ilustres metem-se em escândalos capazes de destruir suas carreiras justamente por conta dessa capacidade que o ser humano tem de dissolver as contradições e isso, por sua vez, permite que as violações morais sejam consideradas pequenos delitos ou até mesmo intriga da oposição.

V – Os experimentos psicológicos citados pelo autor demonstram que a maioria, em condições ideais, está propensa a cometer pequenos deslizes.

VI – Apenas uma minoria de pessoas ilustres é hipócrita e cede aos seus desejos perante a moral.

VII – O autor revela-se pessimista sobre a conduta das pessoas de uma forma geral, concluindo que a hipocrisia é uma forma que o cérebro encontrou para lidarmos com situações complexas e ambíguas.

Estão corretas as afirmativas feitas somente em:

- a) I, II, III, IV, V, VII
- b) I, II, V, VI, VII
- c) II, III, IV, VII
- d) III, IV, V, VII

5. Alguns dos assuntos explorados no texto podem ser relacionados aos ditados populares abaixo, excetuando-se:

- a) Para quem sabe ler, um pingo é letra.
- b) A ocasião faz o ladrão.
- c) Todo homem tem seu preço.
- d) Quem tem telhado de vidro não deve atirar pedra ao do vizinho.

6. Imagine a situação: “Uma dona de casa acabou de preparar o almoço e convidou seus familiares para iniciarem a refeição da seguinte forma: ‘__Vamos comer pessoas?’ O filho, adolescente, aproveitou o ensejo e respondeu: Credo, mãe!”.

Com base no exposto, assinale a alternativa que analisa corretamente a situação.

- a) A frase dita pela dona de casa é ambígua, isto é, permite dupla interpretação devido ao sentido conotativo do verbo *comer*, usado em situações informais. Para significar o que a mãe intencionava de fato, a frase deveria ser reescrita da seguinte forma: “__Vamos comer, pessoas?”.
- b) A frase dita pela dona de casa fere um dos princípios da semântica, segundo o qual, um termo deve ter um sentido específico em cada situação, independente se formal ou não. Assim, para significar o que a mãe intencionava de fato, a frase deveria ser reescrita da seguinte forma: “__Vamos comer, pessoal?”.
- c) A frase dita pela mãe apresenta uma inadequação vocabular devido ao uso do verbo *comer* em uma situação formal como a relatada. Para significar o que a mãe intencionava de fato, a frase deveria ser reescrita da seguinte forma: “__Vamos almoçar, ilustres pessoas?”.
- d) A frase dita pela mãe demonstra um desvio sintático porque ela usou o vocábulo “pessoas”, que só tem sentido na posição de sujeito e não de objeto. Para significar o que a mãe intencionava de fato, a frase deveria ser reescrita da seguinte forma: “__Pessoas, vamos comer?”

Atenção: Leia atentamente a charge a seguir para responder às próximas duas(2) questões:



(Disponível em: < <http://3.bp.blogspot.com/-9VeUwdqEKek/U0aPAL2HwII/AAAAAAAAAC6w/LgiGibJsEJ4/s1600/tosse.jpg> > Acesso em: 06 maio de 2014)

7. Analise as informações dadas a respeito da charge:

I – O humor da charge decorre da quebra de expectativa do leitor, pois ao ler a expressão coloquial: “você vai ver o que é bom pra tosse”, espera-se que o personagem bata no garoto.

II – A ambiguidade presente na expressão “você vai ver o que é bom pra tosse” é intencional, isto é, constitui um recurso de estilo e não um vício de linguagem.

III – A ambiguidade presente na expressão “você vai ver o que é bom pra tosse”, embora seja um dos elementos responsáveis pelo humor, ainda assim constitui um vício de linguagem, pois não importa o contexto, deve-se usar sempre o vocabulário adequado, evitando ambiguidades.

IV – O uso do vocativo “Aê, maluco!” constitui uma forma de expressão usada na linguagem informal e também pode contribuir para a expectativa de que haverá uma agressão.

V – O uso do sujeito “Aê, maluco!” constitui uma gíria condenada em situações formais e constitui um indício de agressão.

Estão corretas apenas as afirmativas feitas em:

- a) I, II e IV
- b) I, III e IV
- c) III e V
- d) I, II e V.

8. Platão e Fiorin explicam que a coerência no nível da linguagem ocorre quando se escolhe a variedade linguística (léxico e estruturas sintáticas) de acordo com o público-alvo do texto. “Assim, é incoerente colocar expressões chulas ou da linguagem informal num texto caracterizado pela norma culta formal” (2006, p. 400). Baseando-se nessa informação, assinale a alternativa correta:

- a) A charge apresenta incoerência no nível da linguagem, pois não deveria apresentar uma variante informal, como “Aê, maluco!”, visto que se deve priorizar a pureza linguística.
- b) O vocabulário usado pela personagem da charge no cumprimento ao garoto não constitui um exemplo de incoerência semântica, ao contrário, contribui para o efeito de sentido humorístico da charge.
- c) As charges são gêneros textuais extremamente formais, visto que são publicadas em jornais de grande circulação, devem, portanto, utilizar a linguagem padrão para adequar-se ao seu público culto. Dessa forma, houve incoerência no nível da linguagem.
- d) O autor valeu-se do cumprimento informal “Aê, maluco” com o intuito de criticar a imagem das pessoas que falam dessa forma, usam gírias, demonstrando preconceito linguístico e sendo incoerente do ponto de vista ético.

Analise o seguinte *slogan* de uma campanha publicitária para responder às próximas duas(2) questões: “IMPLANTE CONHECIMENTO”.

9. Observe como o slogan destacou o “IM”: “IMPLANTE O CONHECIMENTO”.

Assinale a alternativa correta sobre o processo de formação de palavras presente no termo “implante”:

- a) Os publicitários criaram uma palavra por derivação imprópria e o destaque ao prefixo “im-” indica a negação expressa pelo termo.
- b) Os publicitários criaram uma palavra por derivação prefixal e o destaque ao prefixo “im-” indica o duplo sentido que o termo expressa nesse contexto: plante o conhecimento ou o implante.
- c) Os publicitários criaram uma palavra por derivação sufixal e o destaque ao sufixo “im-” indica o duplo sentido que o termo expressa nesse contexto: plante o conhecimento ou o implante.
- d) Os publicitários criaram uma palavra por derivação parassintética, acrescentando o prefixo “im-” e o sufixo “e”, indicando a dupla possibilidade que o cliente tem de plantar ou implantar o conhecimento.

10. Ainda a respeito do *slogan*: “Implante o conhecimento”, está correto afirmar que:

- a) Trata-se de um período simples, em que o sujeito está elíptico e “o conhecimento” desempenha a função sintática de objeto indireto do verbo “implante”.
- b) Trata-se de um período simples, em que o sujeito está indeterminado e “o conhecimento” desempenha a função sintática de objeto direto do verbo “implante”.
- c) Trata-se de um período simples, em que o sujeito está elíptico e “o conhecimento” desempenha a função sintática de objeto direto do verbo “implante”.
- d) Trata-se de um período simples, em que o sujeito está expresso e “o conhecimento” desempenha a função sintática de adjunto adverbial na oração.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

11. Em conformidade com o disposto no artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa incorreta:

- a) A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- b) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo vedado o acesso aos estrangeiros.
- c) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- d) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

12. Apresentam-se como características comuns das empresas públicas e sociedades de economia mista:

- a) São pessoas jurídicas de direito público.
- b) São constituídas, necessariamente, sob a forma de sociedade anônima.
- c) São pessoas jurídicas de direito privado.
- d) São integrantes da Administração Pública direta.

13. Diante do que dispõe a Lei nº 8.666/1993, assinale a alternativa que corresponde à modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

- a) Concorrência.
- b) Convite.
- c) Pregão.
- d) Tomada de preços.

14. São bens públicos:

I – Os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças.

II – Os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.

III – Os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

É correto o que se afirma somente em:

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) II.

15. Assinale a alternativa correta sobre o controle da Administração Pública:

- a) O controle interno é realizado somente no âmbito do Poder Executivo.
- b) No Direito brasileiro exige-se o esgotamento da via administrativa para ser possível a realização de controle de ato da Administração Pública pelo Judiciário.
- c) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- d) O controle judicial somente pode ser exercido antes da realização do ato administrativo.

16. Assinale a alternativa correta, tendo em vista a classificação dos atos administrativos:

- a) Atos abstratos são aqueles que se aplicam a uma quantidade indeterminável de situações concretas.
- b) Atos de império são aqueles praticados pela Administração Pública em posição de igualdade perante o particular, regidos, portanto, pelo direito privado.
- c) Atos-regra são aqueles que criam situações particulares, concretas e pessoais.
- d) Atos pendentes são aqueles incompletos na sua formação.

17. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

- a) Na contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, para beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água.
- b) Na contratação de instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal.
- c) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- d) Na aquisição de bens e contratação de serviços para atender aos contingentes militares das Forças Singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior, necessariamente justificadas quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante e ratificadas pelo Comandante da Força.

18. Para efeito da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde, é a definição de:

- a) Dívida pública.
- b) Concessão de garantia.
- c) Operação de garantia.
- d) Transferência voluntária.

19. Analise as seguintes assertivas acerca do controle e fiscalização orçamentária, contábil, financeira, operacional e patrimonial:

I – A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

II – Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

III – As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete Conselheiros.

É correto o que se afirma em:

- a) I e II, somente.
- b) II e III, somente.
- c) I e III, somente.
- d) I, II e III.

20. Analise as assertivas a seguir:

I – O concurso será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, conforme dispuserem a lei e o regulamento do respectivo plano de carreira, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento do valor fixado no edital, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

II – O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por dois anos.

III – O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação.

IV – Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

Diante do que dispõe a Lei nº 8.112/1993, é correto o que se afirma em:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) III e IV.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

21. A Placa Mãe é responsável por gerenciar toda a transação entre processador e os periféricos. Quais são os componentes principais da Placa Mãe?

- a) Chipset, Barramentos, Memória e Slot.
- b) Chipset, BIOS, Processador e Slot.
- c) Chipset, BIOS, Barramentos e Slot.
- d) BIOS, Processador, Memória e Slot.

22. Os discos rígidos são dispositivos de armazenamento destinados a grande quantidade de dados. Sobre discos rígidos podemos afirmar que:

I – Fisicamente, um disco rígido pode ser visto como um composto de dois grandes blocos.

II – O primeiro bloco é um conjunto de discos magnéticos superpostos em alturas diferentes com auxílio de um eixo central.

III – O segundo bloco é uma estrutura mecânica que suporta um conjunto de cabeçotes.

Das afirmativas acima, qual(is) está(ão) incorreta(s)?

- a) Somente I e III.
- b) Somente I.
- c) Somente II e III.
- d) Nenhuma.

23. Para realizarmos um acesso a um disco rígido, é necessário posicionar o cabeçote de leitura e escrita sob um determinado setor e trilha, onde o dado será lido ou escrito. O tempo total de acesso ao disco seja para leitura ou escrita é dado pela seguinte fórmula: $T_{\text{acesso}} = T_{\text{Seek}} + T_{\text{Transferencia}}$. Sendo assim, podemos afirmar que :

I – Tempo de Seek: tempo necessário para deslocar o cabeçote de leitura e escrita até o cilindro correspondente à trilha a ser acessada.

II – Tempo de Latência: tempo necessário, uma vez o cabeçote posicionado na trilha correta, para o setor a ser lido, ou escrito, se posicionar sob o cabeçote de leitura e escrita no início do setor a ser lido ou escrito.

III – Tempo de Transferência: não corresponde ao tempo necessário à transferência de dados, isto é, a leitura ou escrita de dados.

Das afirmativas acima, qual(is) está (ão) correta(s)?

- a) Somente I.
- b) Somente III.
- c) Somente I e II.

d) I, II e III.

24. O teclado é o principal periférico de entrada de dados utilizados na integração direta de usuário com o computador. O procedimento de ler os dados do teclado e escrevê-los na tela denomina-se Ecoamento. Quando se tem várias Janelas abertas, os caracteres digitados devem ser direcionados à janela correta. Dois métodos são normalmente empregados. Sendo assim podemos afirmar que:

I – No método centralizado, o drive do teclado disponibiliza um conjunto de Mini Buffers, os quais podem ser encadeados para formar um buffer maior. Nesse caso, para cada janela aberta, o sistema operacional atribui uma estrutura de dados, na qual um dos seus elementos é um ponteiro utilizado para referenciar a lista encadeada de mini buffers.

II – No método dedicado, a Bufferização é feita diretamente em uma área de memória provida pela estrutura de dados associada ao terminal. Nesse caso, o número de entradas para o terminal é limitada pelo tamanho do buffer dessa estrutura.

Das afirmativas acima, qual(is) está (ão) incorreta(s):

- a) Somente I.
- b) Somente II.
- c) Nenhuma.
- d) Somente I e II.

25. E-mail (abreviatura de electronic mail, correio eletrônico) é uma forma rápida e prática de se comunicar com outras pessoas. Sobre isso, analise as afirmativas:

I – É possível enviar uma mensagem de e-mail para qualquer pessoa que tenha um endereço de e-mail. Você pode receber mensagens de qualquer pessoa que saiba seu endereço de e-mail e depois ler e responder a essas mensagens.

II – Além de mensagens de e-mail simples contendo texto, você pode enviar praticamente qualquer tipo de arquivo em uma mensagem de e-mail, como documentos, imagens e música. Um arquivo enviado em uma mensagem de e-mail é denominado anexo.

III – Você não pode enviar uma mensagem de e-mail para muitas pessoas ao mesmo tempo. Os destinatários podem responder ao grupo inteiro, permitindo discussões em grupo.

IV – Quando você recebe uma mensagem de e-mail, pode encaminhá-la a outras pessoas sem precisar digitá-la novamente.

Das afirmativas elencadas, qual(is) está(ão) correta(s)?

- a) Somente I e II.
- b) Somente I, II e IV.
- c) Somente I, III e IV.
- d) Somente I, II, III e IV.

26. A Internet representa a rede mundial de computadores, sendo utilizada para várias finalidades: uso científico, educacional, comercial, dentre outras. Através dos recursos da Internet, é possível encontrar informações sobre uma grande diversidade de assuntos. Sendo assim, podemos afirmar que:

I – Browsers, Programas ditos navegadores – ou paginadores – são utilizados para a interpretação e visualização na Internet de páginas web. Exemplos: Netscape®, Firefox®, Safari®, Opera®, Internet Explorer® etc.

II – Upload, É o ato de transferir para um computador local dados (geralmente arquivos) de um computador remoto, ou de um computador servidor numa rede; assim como copiar dados de uma fonte principal para um dispositivo periférico. Trata-se do processo de recebimento de dados, ou arquivos, de um computador remoto.

III – WWW. Abreviação de World Wide Web. É a tecnologia, ou conjunto de regras (protocolo), que permite “navegar”, através de paginadores (browsers), pelos sítios na Internet, bem como ter acesso a outros serviços da Internet.

Das afirmativas acima, não está(ão) incorreta(s).

- a) Somente I.
- b) Somente II.
- c) Somente III.
- d) Somente I e III.

27. O backup é um procedimento especial de cópia de dados e arquivos de programas de computador de um dispositivo para o outro, com o objetivo de posteriormente os recuperar no caso de existir algum incidente, ou de se necessitar ter acesso a uma informação de uma data passada, que não esteja mais disponível no sistema. Sendo assim, podemos afirmar:

I – Este tipo de procedimento de cópia de segurança, backup completo, consiste em copiar todos os arquivos para a mídia apropriada, previamente destinada. Se os dados e arquivos que estão sendo copiados nunca mudam, cada backup completo será igual aos outros, ou seja, os arquivos copiados serão sempre iguais.

II – Ao contrário do backup completo, os procedimentos de cópias do tipo incremental primeiro verificam se o horário de alteração de um arquivo é mais recente que o horário de seu último backup. Se não for, isto

significa que o arquivo não foi modificado desde o último backup, assim pode ser ignorado desta vez, ou seja, não será realizado o procedimento de cópia de segurança. Por outro lado, se a data de modificação é mais recente que a data do último backup, isso significa que o arquivo foi modificado e deve ser realizado seu backup.

III — Os procedimentos de backup diferencial são similares aos backups incrementais, pois ambos fazem cópias de arquivos modificados. No entanto, os procedimentos de cópia do tipo diferencial são acumulativos, em outras palavras, toda vez que um arquivo for modificado, este continuará a ser incluso em todos os backups diferenciais. Isso significa que cada backup diferencial contém todos os arquivos modificados desde o último backup completo, possibilitando executar uma restauração completa somente com o último backup completo e o último backup diferencial, caso precise da última versão do arquivo, ou da versão que desejar na data especificada.

Das afirmativas apresentadas, qual(is) está(ão) correta(s)?

- a) Somente I, II e III
- b) Somente I e II
- c) Somente II e III
- d) Somente III

28. Backup é um termo inglês que tem o significado de cópia de segurança. São tipos de armazenamento de backup, exceto:

- a) SAN: servidores de Armazenagem de dados, com capacidade superior a 01 TB (Terabyte).
- b) Wireless
- c) DVD-R/RW, com capacidade de 4.7 GB.
- d) CD-R/RW, com capacidade de 700 MB

29. Quantas colunas são permitidas numa planilha do programa Microsoft Excel 2010?

- a) 512 colunas, intituladas de A até ZZ
- b) 32 colunas, intituladas de A até BF
- c) 8663, intituladas de A até LUE
- d) 16384, intituladas de A até XFD

30. Cinco células de uma planilha Microsoft Office Excel 2010 possuem os seguintes valores: A1=1200; A2=900; A3=900; A4 = 200; A5 = 200. Qual o resultado da fórmula =MAIOR(A1:A5;3)?

- a) 1200
- b) 900
- c) 200
- d) Erro

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC T 19.5, assinale a alternativa incorreta.

- a) Depreciação é a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.
- b) Exaustão é a redução do valor de investimentos necessários à exploração de recursos minerais ou florestais.
- c) Terrenos e Construções são bens classificados no Ativo Permanente e que devem ser registrados separadamente, mesmo quando adquiridos em conjunto, portanto, podem ser depreciados.
- d) Amortização é a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

32. Segundo a Lei 11.638/2007 o ativo está dividido em dois grandes grupos: Ativo Circulante e Ativo Não Circulante. Por sua vez o Ativo Não Circulante esta dividido em: Ativo Realizavel a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizados e Intangível. Quanto ao Intangível em fase de desenvolvimento, pode se afirmar: Um ativo intangível resultante de desenvolvimento(ou da fase de desenvolvimento de projeto interno) deve ser reconhecido somente se a entidade puder demonstrar todos os aspectos a seguir enumerados. Assinale a afirmativa incorreta.

- a) Capacidade para criar novo ativo ou vender o ativo intangível.
- b) Disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível.
- c) Viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda.
- d) Intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo.

33. Com relação aos Princípios da Contabilidade, marque V para a(s) afirmativa(s) verdadeira(s) e F para a(s) afirmativa(s) falsa(s).

- () O Princípio da Continuidade pressupõe que a entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.
- () O Princípio do Registro pelo Valor Original refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

() O Princípio da Oportunidade pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais.

() O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos os períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) F, V, F e V.
- b) V, F, F e V.
- c) V, V, V e V.
- d) F, F, V e F.

Com base nos dados a seguir, responda às próximas duas questões:
Balanços Patrimoniais encerrados em 31/12/2012 e 31/12/2013
Cia Souza & Souza Ltda

Componentes	31-12-2012	31-12-2013
Ativo Circulante	520.000,00	610.500,00
Ativo Não Circulante	630.000,00	921.500,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	100.000,00	77.000,00
Investimentos	30.000,00	44.500,00
Imobilizado	450.000,00	600.000,00
Intangível	50.000,00	200.000,00
Total do Ativo	1.150.000,00	1.532.000,00
Passivo Circulante	285.000,00	330.000,00
Passivo Não Circulante	865.000,00	1.202.000,00
Passivo Exigível a Longo Prazo	250.000,00	220.000,00
Patrimônio Líquido	615.000,00	982.000,00
Total do Passivo	1.150.000,00	1.532.000,00

34. O índice de Liquidez Corrente e Liquidez Geral da Cia Souza & Souza Ltda em 31/12/2013 é, respectivamente, de:

- a) 1,25 e 1,75
- b) 2,25 e 2,85
- c) 1,85 e 1,25
- d) 2,85 e 2,25

35. O grau de endividamento da Cia Souza & Souza Ltda em 31/12/2013 é aproximadamente de:

- a) 1,50
- b) 0,56
- c) 0,36
- d) 0,22

36. A STN (Secretaria do Tesouro Nacional), na qualidade de órgão central do sistema de contabilidade, instituiu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), definindo os procedimentos de escrituração contábil, bem como a utilização do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e a elaboração das demonstrações contábeis (DCASP), para torná-los convergentes às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – IPSAS. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- a) Procedimentos Contábeis Patrimoniais, aborda os aspectos relacionados ao relacionamento, mensuração, registro, apuração, avaliação e controle do patrimônio público, adequando-os aos dispositivos legais vigentes e aos padrões internacionais de contabilidade do setor público.
- b) Procedimentos Contábeis Específicos, padroniza os conceitos e procedimentos contábeis relativos ao FUNDEP, às Parcerias Público-Privadas, às Operações de Débito, ao Regime Geral da Previdência Social, à Dívida Ativa e a outros procedimentos de que trata.
- c) As variações patrimoniais serão reconhecidas pelo regime de caixa, visando garantir o reconhecimento de todos os ativos e passivos das entidades que integram o setor público, conduzir a contabilidade do setor público brasileiro aos padrões internacionais e ampliar a transparência sobre as contas públicas.
- d) Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, padroniza o plano de contas do setor público em âmbito setorial, adequando-o aos dispositivos legais vigentes e aos padrões internacionais de contabilidade do setor público.

37. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público - NBC T 16.2, o sistema contábil está estruturado em subsistemas de informações. Analise as alternativas propostas e assinale a incorreta.

- a) Orçamentário – registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.

- b) Financeiro – registra, processa e evidencia os fatos relacionados aos ingressos e aos desembolsos financeiros, bem como as disponibilidades no início e final do período.
- c) Patrimonial – registra, processa e evidencia os fatos não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público.
- d) Custos – registra, processa e evidencia os atos de gestão dos bens e serviços, produzidos e ofertados à sociedade pela entidade pública.

38. As demonstrações contábeis das entidades definidas no campo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, prevista nas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC T 16.6 são:

- a) Balanço Patrimonial, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração do Resultado Econômico.
- b) Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração do Valor Econômico Agregado.
- c) Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração do Resultado abangente.
- d) Balanço Orçamentário, Demonstração do Resultado Econômico e Demonstração dos Fluxos de Caixa.

39. Considere um determinado Empenho, liquidação e pagamento de despesa com prestação de serviço no valor R\$ 10.000,00. Assinale o registro contábil efetuado no sistema Orçamentário.

- | | | | |
|---|---|-----------|-----------|
| a) Pelo empenho da despesa orçamentária corrente: | Débito – Crédito Disponível | 10.000,00 | |
| | Crédito – Crédito empenhado a liquidar | | 10.000,00 |
| b) Pela liquidação da despesa orçamentária: | Débito – Crédito Disponível | 10.000,00 | |
| | Crédito – Crédito empenhado a liquidar | | 10.000,00 |
| c) Pelo pagamento da despesa orçamentária: | Débito – Crédito empenhado a liquidar | 10.000,00 | |
| | Crédito – Crédito empenhado liquidado a pagar | | 10.000,00 |
| d) Pelo empenho da despesa orçamentária: | Débito – Crédito empenhado a liquidar | 10.000,00 | |
| | Crédito – Crédito empenhado liquidado a pagar | | 10.000,00 |

40. A Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF trouxe novas exigências para a Lei Orçamentária. Segundo o art. 5º da citada lei complementar, o projeto de Lei Orçamentária deverá:

- a) Conter reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita de capital, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.
- b) Incluir, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais integrantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) ser acompanhada do demonstrativo globalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios financeiros previstos no parágrafo 6º do art. 165 da Constituição Federal de 1988.
- d) Conter reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei do orçamento anual - LOA, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

41. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, aprovado pela portaria conjunta STN/SFO nº 02/2012, os estágios da receita pública representa as fases percorridas pela receita nas etapas planejamento e execução orçamentária. Nesse sentido, marque a alternativa que só contém os estágios da receita pública.

- a) Programação, lançamento, arrecadação e recebimento.
- b) Programação, licitação, arrecadação e liquidação.
- c) Previsão, licitação, arrecadação e recolhimento.
- d) Previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

42. Segundo a Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 150, são Princípios Constitucionais Tributários os abaixo relacionados, exceto:

- a) Princípio da Legalidade.
- b) Isonomia Tributária.
- c) Princípio da Exclusividade.
- d) Irretroatividade.

43. As hipóteses legais de suspensão da exigibilidade do crédito tributário estão previstas no art. 151 do Código Tributário Nacional. Nesse respeito, marque a alternativa Incorreta.

- a) Pagamento ou Compensação.
- b) Moratória.
- c) Depósito em juízo do montante integral do Crédito Tributário.
- d) Reclamações e recursos administrativos.

LEGISLAÇÃO

44. Analise os itens a seguir e marque a alternativa correta, conforme o estabelece a Lei nº 6.619, de 16 de dezembro de 1978, que alterou dispositivos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

1. Constituem renda do Conselho Federal, entre outros, doações, legados, juros e receitas patrimoniais.
2. Os Conselhos Regionais poderão destinar parte de sua renda líquida, proveniente da arrecadação das multas, a medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultura do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo.
3. A anuidade paga após o exercício respectivo terá o seu valor atualizado para o vigente à época do pagamento, acrescido de vinte por cento, a título de mora.
4. As multas são estipuladas em função do maior valor de referência fixado pelo Poder Legislativo.
5. Constituem renda dos Conselhos Regionais, dentre outros, emolumentos sobre registros, vistos e outros procedimentos.

Podemos afirmar que estão corretos apenas os itens:

- a) 1, 2, 3 e 5.
- b) 2, 3, 4 e 5.
- c) 1, 3 e 4.
- d) 3, 4 e 5.

45. A Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo. Das alternativas a seguir, uma não atende o dispositivo dessa lei. Aponte essa alternativa.

- a) Os estudos, plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de engenharia, de arquitetura e de agronomia, quer público, quer particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico quando seus autores forem profissionais habilitados de acordo com a Lei nº 5.194/66.
- b) Só poderá ter em sua denominação as palavras engenharia, arquitetura ou agronomia a firma comercial ou industrial cuja diretoria for composta, em sua maioria, de profissionais registrados nos Conselhos Regionais.
- c) São nulos de pleno direito os contratos referentes a qualquer ramo da engenharia, arquitetura ou da agronomia, inclusive a elaboração de projeto, direção ou execução de obras, quando firmados por entidade pública ou particular com pessoa física ou jurídica não legalmente habilitada a praticar a atividade nos termos da Lei nº 5.194/66.
- d) Os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) são órgãos de fiscalização do exercício das profissões de engenharia, arquitetura e agronomia, em suas regiões, sendo uma das suas atribuições relacionar os cargos e funções dos serviços estatais, paraestatais, autárquicos e de economia mista, para cujo exercício seja necessário o título de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo.

Em conformidade com a Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, que institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de engenharia, de arquitetura e agronomia; autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, de uma Mútua de Assistência Profissional, responda à questão.

46. É correto afirmar que são verdadeiros apenas quais dos seguintes itens?

1. Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART).
 2. Os mandatos da Diretoria Executiva terão duração de dois anos, sendo gratuito o exercício das funções correspondentes.
 3. Os membros da Diretoria Executiva somente poderão ser destituídos por decisão do CONFEA, tomada em reunião secreta, especialmente convocada para esse fim, e por maioria de 2/3 (dois terços) dos membros do Plenário.
 4. O valor pecuniário das prestações assistenciais variará até o limite máximo constante da tabela a ser aprovada pelo CONFEA, nunca superior à do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).
 5. A ajuda farmacêutica, sempre reembolsável, ainda que parcialmente, poderá ser concedida, em caráter excepcional, desde que comprovada a impossibilidade momentânea de o associado arcar com o ônus decorrente.
- a) 2, 3, 4, e 5.
 - b) 1, 3 e 5.
 - c) 1, 3, 4 e 5.
 - d) 2, 3 e 4.

47. Atribua C para a assertiva correta e E para a errada, depois marque a alternativa que traz a sequência correta, de cima para baixo, em conformidade com a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor.

- () No caso de fornecimento de produtos in natura, será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, exceto quando identificado claramente seu produtor.
- () Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
- () Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção,

transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

() Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

() O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em: trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis; sessenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

- a) E, C, E, C, C.
- b) E, C, C, C, C.
- c) C, C, C, C, C.
- d) C, C, C, C, E.

48. A Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional. De acordo com essa Lei, não é verdadeira a alternativa:

- a) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
- b) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado. A indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.
- c) As disposições da Lei nº 8.429/92, são aplicáveis, no que couber, àquele que, sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
- d) A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.

49. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. À luz dessa Lei aponte a alternativa errada.

- a) Nas contratações destinadas à implantação, manutenção e ao aperfeiçoamento dos sistemas de tecnologia de informação e comunicação, considerados estratégicos em ato do Poder Executivo federal, a licitação poderá ser restrita a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o processo produtivo básico de que trata a Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001.
- b) É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.
- c) A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.
- d) Será dada publicidade, anual, em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público, à relação de todas as compras feitas pela Administração Direta, de maneira a clarificar a identificação do bem comprado, seu preço unitário, a quantidade adquirida, o nome do vendedor e o valor total da operação, podendo ser aglutinadas por itens as compras feitas com dispensa e inexigibilidade de licitação.

50. A Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999, estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta. Com base nessa Lei, assinale a alternativa correta:

- a) O disposto na Lei nº 9.873/99 se aplica às infrações de natureza funcional e aos processos e procedimentos de natureza tributária.
- b) Quando o fato objeto da ação punitiva da Administração também constituir crime, a prescrição reger-se-á pelo prazo previsto na lei penal.
- c) Interrompe-se a prescrição da ação punitiva pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.
- d) Interrompe-se o prazo prescricional da ação executória por qualquer ato inequívoco que importe em manifestação expressa de tentativa de solução conciliatória no âmbito interno da administração pública federal.

RASCUNHO